

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.500, de 25 de janeiro de 2023.

Concede reajuste de vencimento e salário aos servidores e empregados ocupantes de cargos e empregos públicos municipais, inclusive aos aposentados e pensionistas, e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Jales aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o reajuste de 7% (sete por cento), com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2023, nos termos dos anexos desta Lei:

I - aos servidores públicos municipais ativos, inativos, inclusive aos pensionistas, cujos benefícios tenham sido concedidos com fundamento no direito à paridade entre vencimento e proventos, incidente sobre os valores vigentes de vencimento até 31 de dezembro de 2022, constante da Tabela de Padrões e Referências, Anexo III, da Lei Municipal nº 1.392, de 17 de dezembro de 1984, com suas alterações posteriores, e àqueles cujos vencimentos e/ou salários não integram a mesma tabela;

II - aos servidores públicos municipais ativos, inativos, inclusive aos pensionistas, se houver, incidente sobre o salário vigente até 31 de dezembro de 2022;

III - aos empregados públicos ativos.

Art. 2º O valor da Cesta Básica de Alimentos, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2023, passa a ser de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) para todos os servidores e empregados públicos municipais que a ela já têm direito.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, permanece estendida a Cesta Básica de Alimentos aos servidores públicos aposentados e pensionistas cujo benefício não ultrapasse o valor de R\$ 3.494,62 (três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos) no mês de referência janeiro de 2023.

§ 2º O valor da Cesta Básica de Alimentos não se incorpora aos respectivos vencimentos, salários, proventos de aposentadoria e pensão para qualquer efeito legal.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo editará Decreto com os valores da Tabela de Padrões e Referências, Anexo III, da Lei Municipal nº 1.392, de 17 de dezembro de 1984, com suas alterações posteriores, e àqueles cujos vencimentos e/ou salários não integram a mesma tabela, de acordo com o disposto no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento, suplementada se necessária, ou mediante abertura de crédito adicional especial, que fica autorizado.


Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de janeiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.502, de 25 de janeiro de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 147.808,00 (cento e quarenta e sete mil, oitocentos e oito reais), destinado à suplementação de dotações orçamentárias de diversas secretarias.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.0007.2046.1310			TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
Ficha	422	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	R\$ 11.558,00
08.244.0007.2046.1310			TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
Ficha	424	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	02	R\$ 7.000,00
02	09	11	FUNDEB			
12.365.0011.2003.1122			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	510	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte	02	R\$ 7.000,00
02	09	12	APLICAÇÕES COMPLEMENTARES			
12.361.0011.2045.0000			MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			
Ficha	528	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	01	R\$ 250,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.302.0010.2036.0000			MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	791	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	R\$ 122.000,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 147.808,00 de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.0007.2046.1310			TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
Ficha	421	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	- R\$ 11.558,00
08.244.0007.2046.1310			TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
Ficha	423	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	02	- R\$ 7.000,00
02	09	11	FUNDEB			
12.361.0011.2002.1131			FOLHA DE PAGAMENTO - MAGISTÉRIO			
Ficha	488	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	Fonte	02	-7.000,00
02	09	12	APLICAÇÕES COMPLEMENTARES			
12.364.0011.2120.1161			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	540	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01	- R\$ 250,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.122.0010.2035.0000			MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE			
Ficha	736	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA	Fonte	01	- R\$ 122.000,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.


Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de janeiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.501, de 25 de janeiro de 2023.

Concede reajuste de vencimentos aos servidores do quadro de pessoal da Câmara Municipal c Jales, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2023 e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jale Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municip de Jales aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica concedido reajuste de 7% (sete por cento) aos servidores do quadro c pessoal da Câmara Municipal de Jales, ativos e inativos, incidente sobre os valores vigentes c vencimentos até 31 de dezembro de 2022, constantes da Tabela de Padrões e Referência Anexo III, da Resolução nº 02, de 13/02/85, Anexos I e II da Resolução nº 06, de 23/09/2002 Anexo I da Lei nº 5.409, de 26 de maio de 2022, com suas alterações posteriores, com efei retroativo a 1º de janeiro de 2023.

Art. 2.º O valor do Auxílio-Alimentação, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 202 passa a ser de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) para todos os servidores do quadro c pessoal da Câmara Municipal de Jales.

Parágrafo único. O valor do Auxílio-Alimentação não se incorpora aos respectiv vencimentos.

Art. 3.º O Chefe do Poder Legislativo editará Ato com os valores da Tabela de Padrõ e Referências, Anexo III, da Resolução nº 02, de 13/02/85 e Anexos I e II da Resolução nº 0 de 23/09/2002 e Anexo I da Lei nº 5.409, de 26 de maio de 2022, com suas alteraçõe posteriores, de acordo com o disposto no Artigo 1º desta Lei.

Art. 4.º As despesas decorrentes da execução da presente Lei onerarão dotaçõe próprias do orçamento da Câmara Municipal de Jales, suplementadas se necessário.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a de janeiro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de janeiro de 202

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.503, de 25 de janeiro de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 16.010.525,85 (dezesseis milhões, dez mil, quinhentos e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos), destinado a abertura de dotações de obras de convênios estaduais e federais.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	06	01	SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO-SMOIDU			
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	961	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	05	R\$ 1.600.000,00
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	962	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	R\$ 252.235,40
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	964	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	R\$ 121.846,95
02	06	02	DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE URBANA			
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	967	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	05	R\$ 2.446.200,00
02	06	01	SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO-SMOIDU			
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	968	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	R\$ 543.838,30
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	969	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	R\$ 105.068,27
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	970	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	02	R\$ 2.000.000,00
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	971	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	R\$ 1.609,24
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	972	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	02	R\$ 2.500.000,00
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	973	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	R\$ 3.062.926,87
02	07	01	SECRETARIA MUN DE AGRICU PECU ABASTEC MEIO AMBIENTE			
18.541.0015.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	976	3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Fonte	05	R\$ 44.777,01
02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA			
12.365.0011.2112.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS - CRECHE			
Ficha	960	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	R\$ 1.097.438,17
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.0010.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	957	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	02	R\$ 800.000,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.0010.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	958	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	R\$ 99.990,73
10.301.0010.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	963	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	R\$ 295.000,00

Page 7 of 8

Page 8 of 8

Prefeitura Municipal de Jale

.....

Prefeitura Municipal de Iales

Prefeitura Municipal de Jale**Prefeitura Municipal de Jale**

EONE/EAY- (17) 3632-6889

Prefeitura Municipal de Jales

Prefeitura Municipal de Jales

Co


AI

Ar

Registrado

n.folharegional@gmail.com

9. **CS**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº9.584, de 10 de janeiro de 2023.

Dispõe sobre a constituição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, SP, no uso de minhas atribuições legais etc.;

Considerando os termos da Lei Municipal nº 5.494, de 15 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI;

Considerando Ofício nº 001/2023 – CMDPI, de 05 de janeiro de 2023, protocolado sob o nº 339/2023, de 06/01/2023, encaminhando a indicação dos representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

DECRETO:

Art. 1.º Fica constituído o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA** de Jales, pelos cidadãos abaixo relacionados:

I – Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: **ANA PAULA BRITO DA SILVA ROTUNE**
Suplente: **PAULA DE OLIVEIRA SANCHES ZIGNANI**

II – Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Titular: **LISLAINE COLOMBO CHIAPARINI**
Suplente: **VIRGINIA PAULA DE ALENCAR MACCHI**

III – Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: **MARIETA DE JESUS ESTEVES DA SILVA CEZAR**
Suplente: **ROSANA AUN BORGES**

IV – Representante da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude:

Titular: **VALDECIR RAMALHO RAMOS**
Suplente: **DANIELA MILHAN MARQUES**

V – Representantes da Sociedade Civil, que integram Grupos e/ou Movimentos Organizados da Terceira Idade:

Titular: **ANTONIO PAULO DOS SANTOS QUINTELA**
Suplente: **DEJANIRA BELLO RUGAI**

Titular: **GRASIELE DAN OKAJIMA**
Suplente: **EVANIR BERNARDES**

VI – Representantes da Sociedade Civil, que integram as Entidades ou Associações de Defesa dos Direitos dos Idosos:

Titular: **NILMAR HUMBERTO DONINI**
Suplente: **LILIAN LUDMILA BETETE MARTINS**

Titular: **FAIRUZE LEALA**
Suplente: **ROSINEIDE SAVAZI**

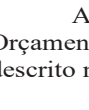
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 10 de janeiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.591, de 25 de janeiro de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.503, de 25 de janeiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 16.010.525,85 (dezesseis milhões e dez mil e quinhentos e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos) destinado a abertura de dotações de obras de convênios estaduais e federais.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	06	01	SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO-SMOIDU		
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	961	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 05	1.600.000,00
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	962	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 01	252.235,40
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	964	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 01	121.846,95
02	06	02	DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE URBANA		
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	967	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 05	2.446.200,00
02	06	01	SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO-SMOIDU		
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	968	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 01	543.838,30
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	969	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 01	105.068,27
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	970	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 02	2.000.000,00
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	971	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 01	1.609,24
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	972	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 02	2.500.000,00
15.451.0014.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	973	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 01	3.062.926,87
02	07	01	SECRETARIA MUN DE AGRICU PECU ABASTEC MEIO AMBIENTE		
18.541.0015.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	976	3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Fonte 05	44.777,01
02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA		
12.365.0011.2112.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS - CRECHE		
Ficha	960	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 01	1.097.438,17
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0010.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	957	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 02	800.000,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0010.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	958	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 01	99.990,73
10.301.0010.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	963	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 01	295.000,00
10.301.0010.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	965	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 02	835.000,00
10.301.0010.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	966	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 01	136.324,30
02	11	02	DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER		
27.812.0021.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	959	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 01	68.270,61

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 10.181.200,00 de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – R\$ 5.829.325,85 de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		
99.999.0004.9999.1000			RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREFEITURA		
Ficha	188	9.9.99.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Fonte 01	-5.784.548,84
02	07	01	SECRETARIA MUN DE AGRICU PECU ABASTEC MEIO AMBIENTE		
18.541.0015.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	255	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 05	-44.777,01

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.


Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de janeiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.590, de 25 de janeiro de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.502, de 25 de janeiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 147.808,00 (cento e quarenta e sete mil, oitocentos e oito reais), destinado à suplementação de dotações orçamentárias de diversas secretarias.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244.0007.2046.1310			TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		
Ficha	422	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	R\$ 11.558,00
08.244.0007.2046.1310			TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		
Ficha	424	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 02	R\$ 7.000,00
02	09	11	FUNDEB		
12.365.0011.2003.1122			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL		
Ficha	510	3.1.91.13.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - INTRA OFSS	Fonte 02	R\$ 7.000,00
02	09	12	APLICAÇÕES COMPLEMENTARES		
12.361.0011.2045.0000			MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR		
Ficha	528	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte 01	R\$ 250,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.302.0010.2036.0000			MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)		
Ficha	791	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	R\$ 122.000,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 147.808,00 de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244.0007.2046.1310			TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		
Ficha	421	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	- R\$ 11.558,00
08.244.0007.2046.1310			TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		
Ficha	423	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 02	- R\$ 7.000,00
02	09	11	FUNDEB		
12.361.0011.2002.1131			FOLHA DE PAGAMENTO - MAGISTÉRIO		
Ficha	488	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	Fonte 02	-7.000,00
02	09	12	APLICAÇÕES COMPLEMENTARES		
12.364.0011.2120.1161			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	540	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01	- R\$ 250,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.122.0010.2035.0000			MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE		
Ficha	736	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA	Fonte 01	- R\$ 122.000,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.592, de 25 de janeiro de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.504, de 25 de janeiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 5.091,37 (cinco mil e noventa e um reais e trinta e sete centavos) destinado à devolução de recursos de convênios da Secretaria Mun. de Desenvolvimento Social.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244.0007.2021.0000			PSE - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA		
Ficha	974	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte 92	R\$ 3.914,06
08.244.0007.2022.0000			PSE - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ALTA		
Ficha	975	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte 92	R\$ 1.177,31

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- **R\$ 5.091,37** resultantes de superávit financeiro apurado no exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de janeiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.593, de 25 de janeiro de 2.023.

Que fixa o valor de pagamento das obrigações de pequeno valor, que a Fazenda Pública Municipal deva fazer sem a expedição de precatório, para o exercício de 2.023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, SP, no uso de minhas atribuições legais etc.;

Considerando que os §§ 3º e 4º do artigo 100 da Constituição Federal, com as redações dadas pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2.009, respectivamente, preceituam: “O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado” e “Para fins do disposto no § 3º, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as deferentes capacidades econômicas, sendo no mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social;

Considerando que, em obediência à referida disposição constitucional, a Fazenda Pública Municipal de Jales, através da Lei Municipal nº 3.708, de 25 de fevereiro de 2.010, fixou como parâmetro para pagamento de obrigações de pequeno valor, sem a necessidade de expedição de precatório, o valor do maior benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social;

Considerando que a PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS/MF Nº 26, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, fixou o maior salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social em R\$ 7.507,49 (sete mil quinhentos e sete reais e quarenta e nove centavos);

DECRETO:

Art. 1.º Em cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei Municipal nº 3.708, de 25 de fevereiro de 2.010, fica estabelecido o valor de R\$ 7.507,49 (sete mil quinhentos e sete reais e quarenta e nove centavos) para vigorar no exercício de 2.023, para efeito do pagamento de obrigações de pequeno valor, sem a necessidade de expedição de precatório.

Art. 2.º Este decreto entra vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo os seus efeitos retroativamente a 1º de janeiro de 2.023.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de janeiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.600 de 27 de janeiro de 2023.

Regulamenta o Plano de Contratações Anual no âmbito do Poder Executivo do Município de Jales.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc:

Considerando o disposto no inciso VII do caput do artigo 12 e caput dos artigos 18 e 40 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DECRETO:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto regulamenta o Plano de Contratações Anual - PCA, previsto no inciso VII, do caput do Art. 12, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Poder Executivo do Município de Jales.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - Autoridade Competente: Chefe do Poder Executivo responsável por aprovação final do PCA consolidado e autorizar as licitações e os contratos;

II - Unidade Setorial de Objetos Específicos: Secretarias responsáveis pela elaboração de propostas dos PCA’s Setoriais das respectivas pastas e encaminhamento para a Unidade Consolidadora do PCA, exclusivamente dos materiais e serviços de sua área;

III - Unidade Consolidadora do PCA: Departamento responsável pela coleta de dados setoriais das Secretarias e elaboração da proposta do PCA considerando os PCA’s de usos de materiais, serviços e obras de uso geral pelas Secretarias e pela consolidação das propostas dos PCA’s e encaminhamento para Autoridade Competente, após necessários ajustes na forma de pré-plano.

IV - Plano de Contratações Anual: Documento final consolidado que consolida as demandas do Poder Executivo para contratar no exercício subsequente ao de sua elaboração, aprovado pela Autoridade Competente, com referenda da Alta Administração;

V - Alta Administração: Prefeito e Secretários responsáveis pela aprovação do PCA.

Parágrafo único. Responde como Unidade Consolidadora do PCA a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, através do Departamento de Planejamento e Execução Orçamentária.

Art. 3º A Unidade Consolidadora do PCA expedirá papéis simplificados e padronizados de PCA’s Setorias e de Documento de Formalização de Demanda a serem preenchidos e devolvidos nos prazos estabelecidos no documento de envio.

§ 1º Acompanhará os papéis previstos no caput, modelos exemplificativos da forma de preenchimento.

§ 2º A Unidade Consolidadora do PCA ficará à disposição das Unidades Setoriais de Objetos Específicos para prestar esclarecimentos, sem prejuízo de encaminhamento de comunicações escritas.

Art. 4º Deverão ser respeitados, rigorosamente, os prazos de devolução à Unidade Consolidadora do PCA previstos nos papéis de solicitação, sob pena de responsabilidade por eventual prejuízo causado.

CAPÍTULO II
DO FUNDAMENTO

Objetivos

Art. 5º A elaboração do Plano de Contratações Anual tem como objetivos:

I - racionalizar as contratações das unidades administrativas de sua competência, por meio da promoção de contratações centralizadas e compartilhadas, a fim de obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e redução de custos processuais;

II - garantir o alinhamento com o planejamento estratégico e outros instrumentos de governança existentes;

III - subsidiar a elaboração das leis orçamentárias;

IV - evitar o fracionamento de despesas e melhor aproveitar a economia de escala;

V - sinalizar intenções ao mercado fornecedor, de forma a aumentar o diálogo potencial com o mercado e incrementar a competitividade.

CAPÍTULO III
DA ELABORAÇÃO

Diretrizes

Art. 6º Até ao dia 1º de julho de cada exercício, as Unidades Setoriais de Objetos Específicos deverão encaminhar seus PCA’s Setorias, para contratações no exercício subsequente, à Unidade Consolidadora do PCA, incluídas:

I - as contratações diretas, nas hipóteses previstas nos Art. 74 e Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II - as contratações que envolvam recursos provenientes de orçamento, repasses de fundo a fundo e de convênios e outros ajustes programados.

Parágrafo único. Excepcionalmente, no exercício do ano 2023 as Unidades Setoriais de Objetos Específicos deverão encaminhar seus PCA’s Setoriais até 28 de fevereiro de 2023.

Exceções

Art. 7º Ficam as unidades previstas nos incisos II e III do artigo 2º, dispensadas de registro nos PCA’s:

I - nas hipóteses previstas nos inciso VIII do caput do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II - nas pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o § 2º do Art. 95 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - nas imprevistas, tais como decorrentes de emendas ao orçamento, inclusive impositivas e de transferências voluntárias;

IV - nas imprevistas, impossíveis de terem sido previstas na fase de planejamento, realizadas com base nos incisos I e II do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que justificadamente.

Procedimentos

Art. 8º Para elaboração dos PCA’s Setoriais as unidades previstas no inciso II do artigo 2º, deverão prestar as seguintes informações:

I - justificativa da necessidade da contratação;

II - descrição sucinta do objeto;

III - quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;

IV - estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de procedimento simplificado;

V - indicação da data de encaminhamento do objeto - Termo de Referência, Projeto Básico e Projeto Executivo acompanhando do Estudo Técnico Preliminar, quando for o caso;

VI - indicação da data pretendida para início e conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão ou da entidade;

VII - grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, de acordo com a metodologia estabelecida pelo órgão ou pela entidade contratante;

VII - Fonte de recurso.

Consolidação

Art. 9º A Unidade Consolidadora do PCA deverá apresentar, devidamente consolidado, ao Chefe do Poder Executivo, o pré-PCA para os fins previstos no inciso V do artigo 2º deste Decreto, o Plano de Contratações Anual.

Art. 10. Aprovado o PCA pela Autoridade Competente, com ou sem alterações, a Unidade Consolidadora do PCA promoverá a divulgação no sítio oficial do Poder Executivo e, na hipótese de já ter aderido, no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do artigo 174, § 2º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. A Autoridade Competente poderá reprovar itens do Plano de Contratações Anual ou devolvê-lo às Unidades previstas nos incisos II, III e IV do artigo 2º, se necessário, para realizar adequações de conveniência ou técnicas.

Art. 11. Durante o ano de sua elaboração ou de sua execução, o Plano de Contratações Anual poderá ser revisado e alterado por meio de inclusão, exclusão ou redimensionamento, devidamente justificado e aprovado pela Autoridade Competente.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas no caput, será dada a mesma publicidade prevista no artigo 9º pela Unidade Consolidadora do PCA.

Art. 12. As demandas constantes do Plano de Contratações Anual serão oportunamente formalizadas em processo de contratação e encaminhadas, tempestivamente, ao Departamento de Licitações, Compras e Contratos com a antecedência necessária ao cumprimento da data pretendida para contratação, devidamente acompanhadas de instrução processual contendo:

I - Estudo técnico preliminar, quando for o caso;

II - Termo de Referência, Projeto Básico ou Executivo, conforme o caso;

III - Estimativa de valor;

IV - Demais documentos e informações previstas em normas gerais e específicas, conforme o caso;

V - Demonstração de enquadramento junto ao PCA.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no inciso I e II, conforme o caso, o previsto em regulamento federal ou municipal quando editado.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de janeiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES - SP, avisa que se encontram abertas as inscrições à licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, registrado sob o nº 01/2.023, que objetiva a Contratação de empresa para prestação de serviço médico na especialidade de infectologista, para atuar no assessoramento e tomada de decisão junto as unidades de saúde do município, conforme a necessidade estipulada pela Secretaria de Saúde, por um período de 12 (doze) meses, conforme Anexo I, sendo o seu encerramento às 09:00 horas do dia 15 de fevereiro de 2.023, com a abertura das propostas às 09 hrs e 15 minutos do mesmo dia. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto a Divisão de Licitações, Compras e Contratos da Prefeitura do Município de Jales - SP, sito na Rua Cinco, nº 2.266, Centro, nesta, ou pelo telefone (17) 3622-3000 - Ramal 3033 ou 3056, no horário normal do expediente. O Edital completo e demais elementos que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, bem como, no site www.jales.sp.gov.br e na plataforma BLL www.bilcompras.org.br, podendo ser retirados gratuitamente. Jales - SP, aos 01 de fevereiro de 2.023. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA. PREFEITO

REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

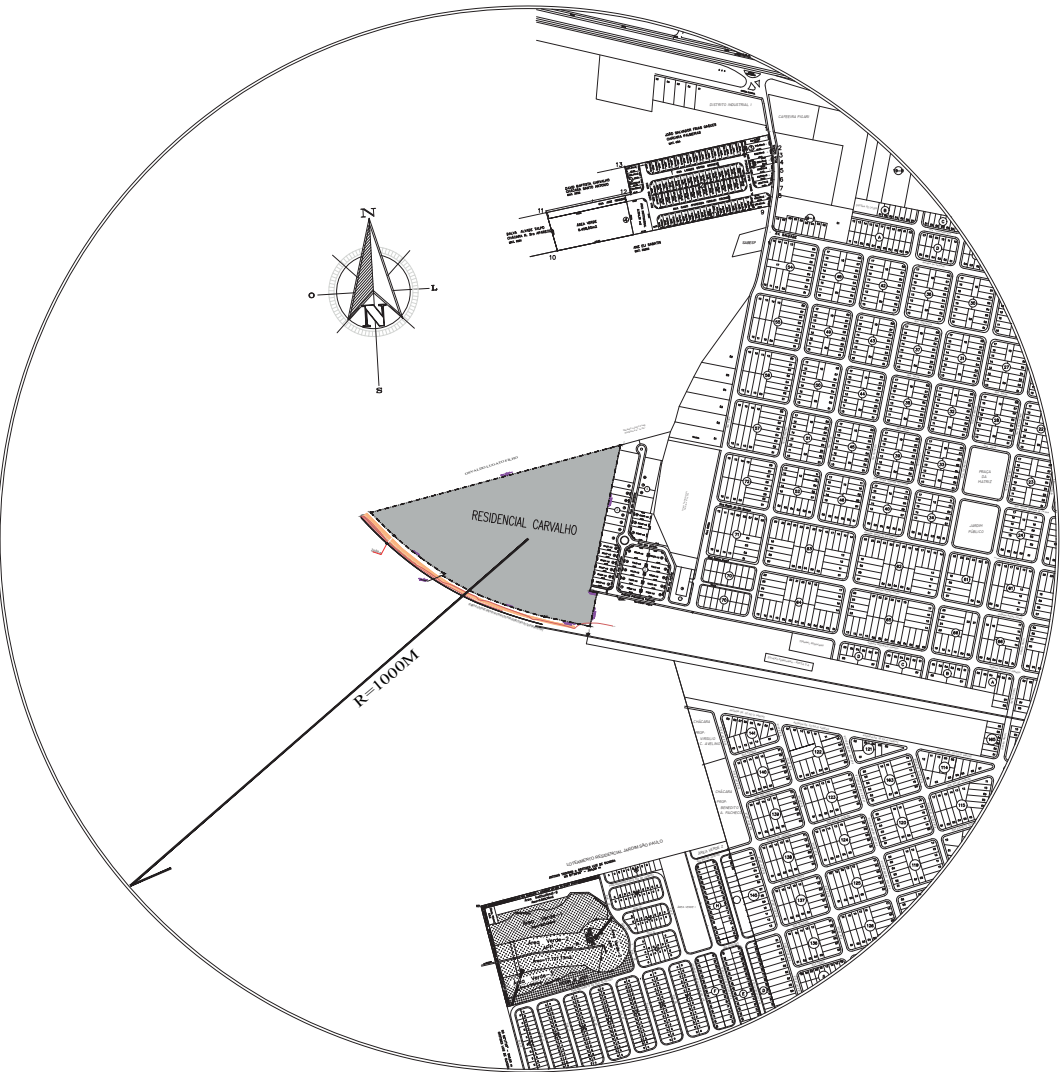
Avenida Barão do Rio Branco nº 468 - Urânia/SP.

EDITAL DE LOTEAMENTO

(Lei Federal nº 6.766, de 19/12/1979)

ANALÍGIA LIVONESI, Oficiala do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Urânia/SP, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos os interessados que CARVALHO & LAURENTIZ EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA, sociedade empresária inscrita na JUCESP sob o NIRE 3523227864-3 e no CNPJ sob o nº 39.660.198/0001-75, com sede na Rua Rui Barbosa nº 891, sala 11, centro, em Guariba/SP, depositou em cartório os documentos exigidos pelo artigo 18 da Lei em epígrafe, para REGISTRO do loteamento denominado "RESIDENCIAL CARVALHO", localizado na Avenida Presidente Kennedy, na cidade de Urânia, confrontando com terras de Osvaldo Lugato Filho (matrícula nº 14.041 do RI de Jales), com o Loteamento Recanto das Palmeiras (matrícula nº 33708 do RI de Jales) e com a faixa de domínio da ferrovia, pertencente ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, a ser implantado no imóvel matriculado sob o nº 6960 deste Registro, cuja área superficial total é de 89.190,00m2, que será assim distribuída: a) 46.793,38m2 (52,5125%) aos 224 lotes, numerados de 01 a 26 da quadra "1", de 27 a 66 da quadra "2", nº 67 a 101 da quadra "3", de 102 a 131 da quadra "4", de 132 a 156 da quadra "5", de 157 a 170 da quadra "6", de 171 a 187 da quadra "7", de 188 a 205 da quadra "8", e de 206 a 224 da quadra "9"; b) 21.423,68m2 (24,0421%) ao sistema viário; c) 2.777,71m2 (3,1172%) às áreas institucionais; d) 9.830,92m2 (11,0325%) à área verde/APP; e e) 8.283,31m2 (9,2957%) ao sistema de lazer. O loteamento foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Urânia pelo Decreto nº 088/2022, de 26/agosto/2022, e pelo GRAPROHAB em 07/junho/2022, conforme Certificado nº 197/2022. As obras de infraestrutura urbana (rede de água e de coleta de esgoto sanitário, rede elétrica e iluminação pública; guias e sarjetas, pavimentação asfáltica, abertura das vias e demarcação das áreas públicas, localização dos lotes com marcos de concreto, galerias de águas pluviais e bocas de lobo, arborização e emplantamento das vias do loteamento) serão realizadas pela loteadora no prazo de 24 meses, que se iniciiu com a publicação do referido Decreto Municipal, nos termos de seu artigo 4º e parágrafos, mediante garantia pessoal, aceita pelo Município de Urânia, constituída por aval de Ana Amélia Alves Ferreira de Laurentiz e Rosimeire Vitti de Laurentiz, em nota promissória de emissão da loteadora, no valor de R\$2.335.000,00. E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este edital que será publicado em jornal da região, por três vezes consecutivas, podendo o registro ser impugnado no prazo de quinze (15) dias, contados da última publicação, tudo nos termos do artigo 19 da citada Lei Federal nº 6.766/79. Urânia, 19 de janeiro de 2023. A Oficiala, _____ -Ana Lígia Livonesi.



PREFEITURA MUNICIPAL DE URÂNIA

PROCESSO Nº 001/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2023

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Urânia desta cidade de Urânia, do Estado de São Paulo, na forma da Lei e no uso de suas atribuições de acordo com o art. 43, VI, da Lei 8.666/93, considerando o relatório da Comissão, assim como todo o processado, Resolve: ADJUDICAR a empresa MERCERIA VIEIRA LTDA EPP e HOMOLOGAR o presente processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 001/2023, cujo objeto é Registro de Preço para contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios diversos a fim de atender as necessidades inerentes ao projeto "Sopa Alimento do Bem" desenvolvido pelo Fundo Social de Solidariedade deste Município, desenvolvido pelo fundo social de solidariedade deste município e DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa vencedora. Convoque-se a interessada para assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidas, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 LL, desde que precluso o prazo de recurso e/ou, proceda-se na forma da lei.

Prefeitura Municipal de Urânia (SP), 30 de janeiro de 2023.

Marcio Arjol Domingues
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE URÂNIA

PROCESSO Nº 001/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2023

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
O Prefeito Municipal de Urânia desta cidade de Urânia, do Estado de São Paulo, na forma da Lei e no uso de suas atribuições de acordo com o art. 43, VI, da Lei 8.666/93, considerando o relatório da Comissão, assim como todo o processado, Resolve: ADJUDICAR a empresa LIDIANE APARECIDA LIO E CIALTDA e HOMOLOGAR o presente processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 001/2023, cujo objeto é Registro de Preço para contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios diversos a fim de atender as necessidades inerentes ao projeto “Sopa Alimento do Bem” desenvolvido pelo Fundo Social de Solidariedade deste Município, desenvolvido pelo fundo social de solidariedade deste município e DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa vencedora.
Convoque-se a interessada para assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidas, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 LL, desde que precluso o prazo de recurso e/ou, proceda-se na forma da lei.

Prefeitura Municipal de Urânia (SP), 30 de janeiro de 2023.

Marcio Arjol Domingues
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE URÂNIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº2363/2022
PROCESSO LICITATÓRIO 001/2023
PREGÃO 001/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2023

Aos 30 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, na Prefeitura do Município de Urânia, localizada na Avenida Brasil, 390, nesta cidade, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 46.611.117/0001-02, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Márcio Arjol Domingues, inscrito no CPF (MF) sob nº 223.429.998-52 e a empresa **MERCEARIA VIEIRA LTDA EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 58.293.838/0001-09, estabelecida na Rua Nova York, nº 1231, Jardim Brasil, na cidade de Jales, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo Sr. SATURNINO VIEIRA DA SILVA, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG 12.043.930-7, e inscrito no CPF/MF sob o nº. 035.270.138-22, residente e domiciliado na Rua Leopoldo Alberto Oliveira Gonçalves, nº 40, na cidade de Jales, Estado de São Paulo, RESOLVEM, nos termos da Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 e Decreto Municipal 06, de 27 de janeiro de 2009, e em conformidade com o resultado do **Pregão 001/2023**, devidamente homologado, REGISTRAR os preços para eventual aquisição conforme especificações e preços adiante:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente ata tem por objeto o Registro de Preço para contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios diversos a fim de atender as necessidades inerentes ao projeto “Sopa Alimento do Bem” desenvolvido pelo Fundo Social de Solidariedade deste Município, nos termos deste edital e seus anexos I e III, a saber:

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	ALHO TRITURADO, EM PASTA, SEM SAL, EM BALDE PLÁSTICO TRANSPARENTE COM 1KG	BD	200	R\$ 33,00	R\$ 6.600,00
4	COLORÍFICO (CORANTE), EM PÓ FINO, TEMPERO/CONDIMENTO DESIDRATADO E MOÍDO, EMBALAGEM COM 500GR	PCT	200	R\$ 9,32	R\$ 1.864,00
7	MACARRÃO TIPO PARAFUSO, DE 1ª QUALIDADE, A BASE DE FARINHA E OVOS, PCT COM 500GR	PCT	3.000	R\$ 4,70	R\$ 14.100,00
9	SAL, REFINADO, IODADO, INDICADO PARA CONSUMO HUMANO, ACONDICIONADO EM PACOTES DE 1KG	PCT	100	R\$ 2,67	R\$ 267,00

	TOTAL	R\$22.831,00
--	-------	--------------

1.2 - Este instrumento não obriga a Prefeitura do Município de Urânia a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para o objeto pretendido, assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da respectiva ata, não podendo ser prorrogado em hipótese alguma.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 - A empresa detentora do preço registrado poderá ser convidada a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus anexos, e na legislação pertinente.

3.2 - Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a contratar, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação.

3.3 - Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual ou em retirar o documento equivalente, dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, não aplicando a mesma, à empresa remanescente, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão à conta da dotação orçamentária a ser definida, no momento da contratação, por se tratar de Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

5.1.1 - Quando o fornecedor não cumprir com as obrigações constantes no edital de registro de preços;

5.1.2 - Quando o fornecedor se recusar a assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido;

5.1.3 - Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato ou instrumento equivalente decorrente deste registro de preços, nas hipóteses previstas nos incs. I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal 8.666/93;

5.1.4 - Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente decorrente deste registro de preços;

5.1.5 - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

5.1.6 - Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Urânia - SP, para dirimir quaisquer controvérsias resultantes deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que possa ser.

Urânia, 30 de janeiro de 2023.

Márcio Arjol Domingues
Prefeito

MERCEARIA VIEIRA LTDA
(empresa detentora da ata)

PREFEITURA MUNICIPAL DE URÂNIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº2363/2022
PROCESSO LICITATÓRIO 001/2023
PREGÃO 001/2023

ATA Nº 002/2023

Aos 30 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, na Prefeitura do Município de Urânia, localizada na Avenida Brasil, 390, nesta cidade, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 46.611.117/0001-02, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Márcio Arjol Domingues, inscrito no CPF (MF) sob nº 223.429.998-52 e a empresa LIDIANE APARECIDA LIO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.536.771/0001-80 estabelecida na Avenida Brasil, 325, Centro, na cidade de Aspásia, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) Lidiane Aparecida Lio, brasileira, solteira, empresária, portador(a) da cédula de identidade RG 49.877.873-3, e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 445.556.628-73, residente e domiciliado na Avenida Brasil , 237 na cidade de Aspásia, Estado de São Paulo, RESOLVEM, nos termos da Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 e Decreto Municipal 06, de 27 de janeiro de 2009, e em conformidade com o resultado do **Pregão 001/2023**, devidamente homologado, REGISTRAR os preços para eventual aquisição conforme especificações e preços adiante:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente ata tem por objeto o Registro de Preço para contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios diversos a fim de atender as necessidades inerentes ao projeto “Sopa Alimento do Bem” desenvolvido pelo Fundo Social de Solidariedade deste Município, nos termos deste edital e seus anexos I e III, a saber:

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
3	CARNE BOVINA DE 1ª QUALIDADE TIPO PATINHO CORTADA EM CUBOS	KG	1.000	R\$ 40,40	R\$ 40.400,00
5	FILÉ DE PEITO DE FRANGO CORTADO EM CUBOS	KG	1.000	R\$ 24,30	R\$ 24.300,00
8	OSSO CARNUDO TIPO BOVINO	KG	1.800	R\$ 23,25	R\$ 41.850,00

	TOTAL	R\$129.381,00
--	-------	---------------

1.2 - Este instrumento não obriga a Prefeitura do Município de Urânia a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para o objeto pretendido, assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da respectiva ata, não podendo ser prorrogado em hipótese alguma.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 - A empresa detentora do preço registrado poderá ser convidada a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus anexos, e na legislação pertinente.

3.2 - Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a contratar, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação.

3.3 - Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual ou em retirar o documento equivalente, dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, não aplicando a mesma, à empresa remanescente, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão à conta da dotação orçamentária a ser definida, no momento da contratação, por se tratar de Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

5.1.1 - Quando o fornecedor não cumprir com as obrigações constantes no edital de registro de preços;

5.1.2 - Quando o fornecedor se recusar a assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido;

5.1.3 - Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato ou instrumento equivalente decorrente deste registro de preços, nas hipóteses previstas nos incs. I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal 8.666/93;

5.1.4 - Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente decorrente deste registro de preços;

5.1.5 - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

5.1.6 - Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Urânia - SP, para dirimir quaisquer controvérsias resultantes deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que possa ser.

Urânia, 30 de janeiro de 2023.

Márcio Arjol Domingues
Prefeito

LIDIANE APARECIDA LIO
(empresa detentora da ata)

Sebrae oferece programa exclusivo para impulsionar negócios liderados por mulheres

Fonte: Brasil 61

PIX: Distribuidoras de energia serão obrigadas a oferecer nova opção de pagamento

Fonte: Brasil 61

FONE/FAX: (17) 3632-6889 - E-mail: jn.folharegional@gmail.com